

E-BOOK

VEM ENEM

2021

**DIAS 16 A 19 DE NOVEMBRO
E 22 A 26 DE NOVEMBRO**



HISTÓRIA

Sesc Fecomércio
Senac

Senac

Faculdade
Senac Goiás

**CENTRO EDUCACIONAL
SESC CIDADANIA**

VEM ENEM

2021

 **Sesc** Fecomércio
Senac

 **Senac**

**Faculdade
Senac Goiás**

HISTÓRIA

 **Sesc** Fecomércio
Senac

 **Senac**

Faculdade
Senac Goiás

IDADE ANTIGA

Antiguidade ou Idade Antiga é o período da história contado a partir do desenvolvimento da escrita, mais ou menos 4000 anos a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 da era cristã.

Esse período da história está dividido em:

- **Antiguidade Oriental:** incluindo a civilização egípcia, a civilização mesopotâmica, como também os hebreus, fenícios e persas.
- **Antiguidade Clássica ou Ocidental:** que envolve os gregos e os romanos.

Antiguidade Oriental

O **Egito**, berço de uma civilização milenar, foi palco de importantes realizações humanas que surgiram por volta de 4000 a.C.

A Pedra da Roseta permitiu a decodificação da escrita hieroglífica, o que possibilitou o aprofundamento na história do Egito Antigo e da Civilização Egípcia.

A **Mesopotâmia** foi o centro de uma série de lutas e conquistas. Os povos que a dominaram formaram uma importante civilização do mundo antigo, a Civilização Mesopotâmica.

Os **hebreus**, chefiados por Abraão, estabeleceram-se na Palestina, por volta de 2000 a.C.

Viveram nessa região por três séculos, até que uma terrível seca os obrigou a emigrar para o Egito, onde permaneceram por quatro séculos. A Bíblia é uma das fontes da história dos Hebreus.

Os **fenícios** ocuparam o litoral da Síria, no norte da Palestina. A grande contribuição cultural dos fenícios foi a invenção do alfabeto fonético simplificado, composto de 22 letras, que incorporado pelos gregos e romanos, serviu de base para o alfabeto atual.

Os **Persas** se organizaram por volta de 2000 a.C., no litoral do Golfo Pérsico, na Ásia.

Organizada em várias tribos, unificadas pelo rei Ciro, excelentes guerreiros formaram o vasto Império Persa.

Destaque para o ENEM

- O conceito de modo de produção asiático
- Civilização Egípcia
- Civilização Mesopotâmia

Antiguidade Clássica ou Ocidental

A **Grécia** formou-se no sul da península Balcânica entre os mares Mediterrâneo, Egeu e Jônico.

O povo grego resultou da miscigenação entre os aqueus, jônios, eólicos e dóricos, que se instalaram na região, por volta de 2000 a.C. e 1200 a.C.

A Civilização Grega tem grande importância por sua influência na formação cultural e política do Ocidente. A Grécia pode ser estudada em duas partes: das origens ao período arcaico (civilização cretense e micênica, o Período Homérico e as cidades de Esparta e Atenas) e o período clássico (o Império de Alexandre Magno e a Cultura Helenística).

É atribuída aos gregos a invenção da política como teoria crítica e reflexiva através de um pensamento desligado dos mitos e da tradição religiosa. Os seres humanos, por si mesmos, podem formular leis, criar instituições e assim organizar a vida coletiva.

A formação das cidades (pólis) possibilitou o surgimento da política. Em Atenas, desenvolveu-se a democracia grega. Legisladores como Drácon, Sólon e Clistenes possibilitaram a todos os cidadãos atenienses a participação na assembleia do povo, onde eram decididos os rumos da cidade e eleitos os funcionários do Estado. O apogeu da democracia em Atenas aconteceu no governo de Péricles

Roma, localizada na península itálica, centro do Mediterrâneo europeu, recebeu influência de diversos povos que habitavam a região. A história política de Roma está dividida em três períodos: Monarquia ou Realeza (753-509 a.C.), República (509-27 a.C.) e Império (27 a.C.-476 d.C.). Cada período da história romana possui características próprias, que demonstram a evolução socioeconômica e política dessa sociedade.

Sociedade na República Romana

A sociedade romana estava organizada entre patrícios, plebeus, escravos e clientes. As mulheres não eram consideradas como cidadãs e não participavam da política.

Vejamos a origem e a função social que cada extrato possuía:

Patrícios – pertenciam às famílias mais antigas de Roma, possuíam grandes propriedades de terras e eram os mais ricos.

Plebeus – Inicialmente, todos aqueles que não eram patrícios e não eram escravos, denominavam-se plebeus. No princípio não possuíam direitos políticos, mas por conta dos escândalos de corrupção do Senado, pouco a pouco foram sendo cooptados para as instituições romanas. Como eram a classe mais poderosa havia grande diversidade entre eles. Basicamente, estavam compostos por homens que haviam se enriquecido através do comércio, cavaleiros que tinham feito fortuna com as guerras de conquista, médios e pequenos proprietários.

Escravizados – a escravidão romana era a base da sociedade, e tanto patrícios como plebeus possuíam escravizados. Estes eram obtidos através das guerras de conquistas. Além disso, qualquer homem livre poderia ser escravizado, pois as dívidas podiam ser pagas com a escravidão temporária. Não necessariamente eles realizavam sempre os piores trabalhos, pois aqueles que sabiam ler e escrever eram empregados como escribas, contadores e administradores.

Com a expansão territorial romana, a República ficou mais difícil de governar devido à inclusão de novos povos e do tamanho.

Igualmente, a fragmentação do poder não ajudava na tomada de decisões rápidas e a prática da corrupção se havia generalizado entre os magistrados.

Assim, os romanos buscaram novas fórmulas que permitissem a centralização do poder, mas sempre auxiliado (e vigiado) pelo Senado. Primeiro, através do Triunvirato e depois através da figura de um só Imperador. Começaria, então, a época do Império Romano.

Com Otávio nasceu o maior império da Antiguidade – o Império Romano. Caracterizado pela forte concentração de poderes em mãos do soberano, o império sobreviveu graças à exploração de seus vastos domínios, ao afluxo permanente de escravos que sustentavam a economia romana, à força do exército que conseguia reprimir revoltas e ao controle da população urbana, conquistada pela **política do “pão e circo”**. Os cavaleiros puderam interferir na vida política, dividindo com a nobreza poderes e prestígio.

Durante o Alto Império (séculos I a.C. – III d.C.), Roma viveu sua fase de apogeu. Estabilidade e prosperidade garantiram aos imperadores que sucederam a Otávio sucesso e poder. As dinastias que governaram Roma durante o Alto Império foram: Júlio-Cláudia, Flávia, Antonina e Severa.

Nesse período surgiu e se desenvolveu uma nova religião que acabou contribuindo para a queda do Império: o **cristianismo**. Muitos romanos acabaram se convertendo ao cristianismo, negando a religião politeísta dos imperadores romanos. Estes exigiam ser cultuados como semideuses e, por isso, iniciaram uma violenta perseguição aos cristãos. Além disso, a nova religião defendia que todos eram iguais diante de Deus, condenando a escravidão, e que a violência deveria ser descartada, criticando o militarismo romano. Milhares de cristãos foram assassinados, o que, no entanto, não reduziu seu número. Ao contrário: o cristianismo crescia e conquistava novos adeptos.

O Baixo Império Romano foi marcado pela crise imperial. As razões do declínio da civilização romana devem ser buscadas em seu interior e, entre elas, destacam-se:

- a crise do escravismo: o fim da expansão reduziu a entrada anual de escravos (prisioneiros de guerra), comprometendo a produtividade das grandes propriedades rurais; os latifundiários, para garantir seu sustento, libertaram seus cativos, inaugurando o colonato, a fim de manter a produtividade de suas terras.

- ruralismo da economia: as cidades deixaram de ser atraentes pelo grande volume de população desocupada, pela crise responsável pelo seu desabastecimento, pela inflação e pela insegurança. Os gastos com a manutenção e administração do império agravavam a crise econômica.

- anarquia militar: o prestígio dos cavaleiros acabou desencadeando uma crise hierárquica, com desrespeito aos generais e aos próprios imperadores.

- pressão dos povos "bárbaros": as tribos germânicas que, durante séculos, habitaram pacificamente as fronteiras do império, começaram a ser pressionadas por povos da Europa oriental e ameaçavam invadir o território romano.

A crise interna do império ameaçava sua estabilidade e manutenção. Para preservar sua integridade territorial, alguns imperadores procuraram implantar reformas. Nesse sentido, destacaram-se **Diocleciano** (dividiu o império em duas partes, Oriente e Ocidente, cada uma governada por dois imperadores – tetrarquia), **Constantino** (reunificou o império, mas transferiu sua capital para a antiga colônia grega de Bizâncio, denominada **Constantinopla**; interrompeu as perseguições aos cristãos, através do Edito de Milão, que assegurava liberdade religiosa) e **Teodósio** (dividiu o Império em duas partes, Oriente e Ocidente, e elevou o cristianismo à condição de religião oficial do Império).

Tais tentativas de reforma, porém, fracassaram e, diante das invasões germânicas do século V, o império romano desabou.

Destaque para o ENEM

- A organização política dos gregos com destaque para a democracia ateniense.

- O legado cultural grego, principalmente a Filosofia e o teatro.

- As lutas entre patrícios e plebeus e as lutas civis na república romana.

- Na fase do Império, o advento e oficialização do cristianismo e as invasões bárbaras.

IDADE MÉDIA

A Europa feudal

Entre os séculos V e X, a Europa passou por significativas mudanças de cunho social, político e econômico. A crise do Império Romano resultou em uma grande diminuição da atividade comercial, originando a ascensão de uma economia baseada na subsistência. As invasões bárbaras geraram um clima de bastante insegurança, obrigando as populações urbanas a migrarem para o campo.

Este conjunto de fatores resultou no que chamamos de feudalismo, que nada mais é do que um modo de organização social e político baseado nas relações entre senhor feudal e servo. Os reis cediam grandes pedaços de terra aos nobres

em troca de apoio militar. Cada porção de terra era chamada de feudo, e seus donos, senhores feudais. Tal título era hereditário, ou seja, passava de pai para filho.

A economia feudal era baseada na agricultura e na pecuária. A força de trabalho dos feudos era composta por antigos servos e plebeus da sociedade romana. Tais indivíduos firmavam uma espécie de pacto com os senhores feudais, no qual se comprometiam a lhe servir, pagar impostos e cumprir diversas outras obrigações. Em troca, o senhor feudal lhe dava proteção e o direito de usar a terra para seu próprio sustento.

Desta forma, o poder dos senhores feudais passou a ser maior até mesmo do que o do próprio rei, uma vez que este não era capaz de interferir diretamente nas regras estabelecidas dentro dos feudos.

Durante cinco séculos, aproximadamente, o feudalismo foi a forma de organização predominante em toda a Europa. Tal situação só mudou a partir do desenvolvimento de técnicas e instrumentos de produção mais modernos, aspecto que resultou em uma nova ascensão do comércio e no crescimento expressivo dos centros urbanos.

A partir do século XI a Europa passou por uma série de transformações que acabaram por levar à crise do sistema feudal: novas técnicas agrícolas aumentaram a produtividade das terras.

Comerciantes buscavam no Oriente as especiarias (pimenta, gengibre, cravo, tecidos, anil, marfim) e as vendiam por preços exorbitantes na Europa. No início existiam várias rotas terrestres de comércio, mas como as estradas eram muito perigosas e os senhores feudais aproveitavam para cobrar altos impostos para liberar a passagem, os comerciantes passaram a promover as feiras a fim de atrair os interessados. Em torno dessas feiras, ou próximo aos castelos e mosteiros, os comerciantes fundaram os burgos, ou seja, um centro comercial que deu origem às cidades.

O início das Cruzadas ocorreu no final do século XI chegando ao fim no século XIV. As expedições militares tinham como objetivo recuperar o livre acesso a Palestina, região em que estão concentrados vários lugares considerados sagrados pelos cristãos.

O estopim para o início da “Guerra Santa” se deu no momento em que muçulmanos dominaram Jerusalém impedindo o acesso de cristãos à região considerada Terra Santa, onde Jesus nasceu fez suas pregações e foi crucificado. A invasão desse local sagrado pelos turcos seljúcidas representou uma heresia, já que os cristãos ficaram impedidos de peregrinar pelos locais sagrados de sua religião. Impedir o avanço do islamismo se tornaria uma das principais missões dos participantes das Cruzadas.

A crise que ocorreu no século XIV representou a derrocada do sistema feudal que dominou a Europa medieval por quase mil anos. Ela foi caracterizada por

três grandes causas (a fome, a peste negra e a guerra) que trouxeram uma onda de alta mortalidade e, por consequência, de mudanças no continente europeu.

Destaque para o ENEM

- As características do feudalismo na Europa ocidental.
- O renascimento comercial e urbano na Baixa Idade Média.
- As cruzadas santas ao Oriente e suas consequências.
- A peste negra na crise geral do feudalismo no século XIV.

IDADE MODERNA

O marco inicial da Idade Moderna foi estabelecido pela primeira vez por Christopher Keller. Ele publicou seu livro História Universal em 1688, onde pôs como limites da Idade Média o reinado de Constantino e a tomada de Constantinopla pelos otomanos, em 1453. A partir deste ano haveria uma nova época, portanto: a moderna.

A Idade Moderna é tida como o momento de transição entre o modo de produção feudal e o modo capitalista. Isso se deu pelas práticas mercantilistas, que são características do período.

O mercantilismo surgiu após o progresso comercial iniciado nos fins da Idade Média e do avanço da manufatura. Ele foi a principal política econômica dos reis absolutistas modernos.

As características principais da Idade Moderna são:

Renascimento cultural: foi um movimento artístico e intelectual que esteve em vigor durante os séculos XIV e XVI, tendo como origem a Itália. Seus principais aspectos são: o humanismo, o racionalismo e a valorização da antiguidade.

Renascimento comercial: durante a Idade Média o comércio ficou retraído, pois a base da economia era o feudo e ela não era monetarizada. Com o crescimento das cidades, houve a expansão do comércio e o surgimento da classe burguesa.

Centralização do poder político: O poder do rei cresceu no final do século XIV, principalmente com o crescimento das guerras na Europa, como a Guerra dos Cem anos.

Reformas Religiosas: A Idade Moderna foi palco da quebra da unidade religiosa que havia na Idade Média. Várias denominações religiosas surgiram após críticas à Igreja Católica e com a ajuda de reis que desejavam menos controle da religião nos assuntos políticos.

Expansão marítima: Com a centralização do poder político, os reis passaram a financiar expedições comerciais para outros continentes, como África e Ásia.

Colonialismo: As expedições comerciais levaram a lugares desconhecidos, que foram tomados pelos europeus, onde eles estabeleceram colônias.

Com as Grandes Navegações que aconteceram ao longo desse período, o contato entre diversos povos também influenciou em novas formas de compreender o homem e seu lugar no mundo. Foi durante este período também que aconteceram revoluções políticas, como a Revolução Puritana na Inglaterra e a Revolução Americana. Esta última terminou com a independência dos Estados Unidos da América.

Finaliza o tempo da Idade Moderna com o Iluminismo, movimento intelectual que se tornou popular no século XVIII, conhecido como "Século das Luzes".

Surgido na França, a principal característica desta corrente de pensamento foi defender o uso da razão sobre o da fé para entender e solucionar os problemas da sociedade.

Os iluministas acreditavam que poderiam reestruturar a sociedade do Antigo Regime. Defendiam o poder da razão em detrimento ao da fé e da religião e buscaram estender a crítica racional em todos os campos do saber humano.

Através da união de escolas de pensamento filosóficas, sociais e políticas, enfatizavam a defesa do conhecimento racional para desconstruir preconceitos e ideologias religiosas. Por sua vez, essas seriam superadas pelas ideias de progresso e perfectibilidade humana. Em suas obras, os pensadores iluministas argumentavam contra as determinações mercantilistas e religiosas.

Também foram avessos ao absolutismo e aos privilégios dados à nobreza e ao clero. Estas ideias eram consideradas polêmicas, pois isso abalava os alicerces da estrutura política e social do Antigo Regime.

Destaque para o ENEM

- Aspectos gerais da Renascença e da Reforma Protestante.
- Causas e consequências das Grandes Navegações.
- Os princípios iluministas que nortearam a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

IDADE CONTEMPORÂNEA

O início da Idade Contemporânea foi demarcado pela Revolução Francesa, no ano de 1789, e que se estendeu até os dias atuais, como indica a palavra "contemporânea" no nome. Com o seu surgimento datado no século XIX, a Idade Contemporânea tem algumas características específicas que a diferenciam das demais épocas já vividas no Brasil e no mundo.

Outro ponto marcante da História da Idade Contemporânea é que dentre todos os outros, foi o período com maior número de acontecimentos marcantes, o que, de certa forma, dificulta o trabalho dos pesquisadores e historiadores. Segundo

eles, a partir do início desta nova época, a impressão que se tem é que a cronologia do tempo está mais acelerada e os acontecimentos são cada vez mais complexos.

Não se pode deixar de lado também as considerações sobre as transformações da sociedade contemporânea, que influenciam diretamente nos acontecimentos do decorrer da Idade Contemporânea. Não se pode esquecer que foi a partir do final do século XIX e início do século XX que o processo de urbanização começou a tomar maiores proporções e se espalhar pelos diversos cantos do país e do mundo. Com o aumento das populações, as horas e minutos que antes eram vazias, passaram a ser cada vez menos suficientes para tantos acontecimentos. Cada ser é único e cada indivíduo age do seu modo, de acordo com o seu tempo, acelerando a ideia e a noção de duração das ações, dos dias, meses e ano.

Outro fator que não pode ser desconsiderado é o de ordem biológica, que diz respeito ao aumento da expectativa de vida das pessoas. A descoberta e avanço da medicina contribuiu para que as pessoas tivessem melhor qualidade de vida, tendo acesso à saúde e tratamentos necessários, aumentando assim a expectativa de vida. É notável que com mais pessoas existindo ao mesmo tempo, o número de acontecimentos aumentasse automaticamente. Não dá para falar de Idade Contemporânea sem citar alguns acontecimentos que marcaram a época. Como já foi dito, o primeiro deles foi a Revolução Francesa, que marca o início deste novo tempo.

Logo em seguida, veio a Primeira Guerra Mundial, onde as partes envolvidas lutavam pela conquista e dominação das colônias africanas. A Primeira Guerra Mundial aconteceu no período de 28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918, deixando como consequência a mudança no mapa geopolítico no Médio Oriente e na Europa.

Um fato do final da Primeira Guerra, o assinado do Tratado de Versalhes, acabou acarretando o terceiro acontecimento mais marcante da Idade Contemporânea: a Segunda Guerra Mundial. Esta começou no mês de setembro de 1939 e deixou sérias consequências para toda a história mundial. Foi considerada uma das guerras mais violentas, pois envolveu aproximadamente setenta países e matou milhares de pessoas mortas e mutiladas.

O quarto acontecimento mais marcante foi a Guerra Fria, que veio em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial. Diferente da última, a Guerra Fria não aconteceu de forma violenta, sendo um conflito indireto entre os Estados Unidos e a União Soviética, que disputavam o domínio político, militar e econômico do mundo.

Destaque para o ENEM

- Os princípios iluministas que marcaram as mudanças da Revolução Francesa.
- As ideologias de contestação à Ordem Liberal Capitalista no século XIX.

- Os fatores que engendraram a corrida neocolonialista da Europa sobre a África e Ásia.
- As causas e os tratados punitivos que marcaram a 1ª Guerra Mundial.
- As principais ideias que marcaram os regimes nazifascistas no entre guerras.
- Aspectos da corrida armamentista da Guerra Fria e os conflitos regionais.

HISTÓRIA DO BRASIL

Brasil colônia

O Brasil Colônia é o período que se estendeu em nosso território de 1500 até a Independência do Brasil, que se estabeleceu por completo em 1822.

Os portugueses chegaram no Brasil no dia 22 de abril de 1500, que foi quando a fase pré-colonial marcou o seu início. Foi só após os primeiros contatos com os indígenas que se deu início à exploração do pau-brasil, que era abundante na Mata Atlântica.

Durante a primeira fase, datada de 1500 a 1530 principalmente com a exploração do pau-brasil, não ocorreu por completo a colonização do território brasileiro, já que os portugueses que chegaram às nossas terras aqui não se fixaram nos primeiros 30 anos de descobrimento. Eles tinham outro interesse principal: a exploração de colônias localizadas nas Índias.

O pau-brasil era de grande valor em todo o continente europeu, afinal, sua seiva com tons avermelhados era frequentemente usada para o tingimento de tecidos. Para explorar o nosso território, os portugueses utilizavam-se principalmente de escambos, como chocalhos, espelhos, apitos e outros itens em troca da mão de obra dos brasileiros, que trabalhavam tanto no corte como também no momento de carregar o pau-brasil para as caravelas com destino à Portugal e outras partes da Europa.

Por mais que o país tenha sido explorado essencialmente pelos nativos portugueses, entre 1500 e 1530 ele foi também invadido por holandeses, franceses e ingleses, povos descontentes com o Tratado de Tordesilhas. Além disso, piratas, saqueadores e corsários roubavam o pau-brasil do território para contrabandear fora, e esse foi o motivo que levou Portugal a enviar ao Brasil – uma tentativa também fracassada – uma tropa de Expedições Guarda-costas.

Assim, foi em 1530 que a primeira expedição foi organizada com o intuito de colonizar o Brasil, comandada pelo rei de Portugal Martin Afonso de Souza. Os objetivos eram bem específicos: povoar o território, acabar com os “invasores” e começar a cultivar a cana de açúcar nesse território.

A fase do açúcar – século XVI e XVII

Na Europa, o açúcar era um produto caro e de grande aceitação. As primeiras experiências dos portugueses com o cultivo do açúcar no Brasil foram em solo

nordestino, extremamente adequado para o plantio em grandes escalas. Sendo assim, a lucratividade seria tanto no povoamento do país como na exploração de suas terras para o cultivo do açúcar, comercializando-o posteriormente em continente europeu.

Foi então durante essa fase que a mão de obra dos escravos africanos começou a ser utilizada no Brasil. Eles eram trazidos em navios para o país e utilizados nos grandes campos de produção de cana de açúcar.

As Capitanias Hereditárias

Outro período marcante durante o Brasil Colônia foi a fase das Capitanias Hereditárias, criadas com o intuito de melhorar a gestão da colônia. Dessa forma, o país foi separado em várias faixas de terra e cada uma delas foi doada para os donatários. Era autorizado aos mesmos a exploração dos recursos da própria terra, mas eles eram também encarregados de protegerem, povoarem e promover o cultivo da cana de açúcar.

A grande maioria das Capitanias fracassaram, já que estavam muito longe dos recursos providos pela Metrópole, e ainda, eram frequentemente atacadas tanto pelos piratas como pelos indígenas. As únicas que sobreviveram, inclusive, até depois da independência foram as Capitanias de Pernambuco e de São Vicente.

O Governo Geral

Seguindo com o intuito de administrar melhor a colônia, porém, dado o fracasso das Capitanias Hereditárias, era necessário apostar em um novo modelo de governo. Sendo assim, foi criado no Brasil o Governo-Geral, que centralizava e controlava cada uma das partes da colônia.

O primeiro a se tornar governador-geral foi Tomé de Souza, que tinha como responsabilidade o aumento da produtividade agrícola, assim como a defesa da colônia (principalmente contra os indígenas) e a exploração em busca de prata e de ouro.

Já nesse período haviam também as Câmaras Municipais, órgãos essencialmente políticos que contavam com a participação de homens considerados bons e ricos, sendo eles os responsáveis pelos rumos que tomariam cidades e vilas brasileiras. Vale destacar que nessa época a população não tinha qualquer decisão sobre a vida pública.

Durante a fase do Governo Geral a capital do Brasil era Salvador, já que a região Nordeste do país era a mais rica e de maior desenvolvimento.

A economia do Brasil colônia

A base para a economia da colônia brasileira era na produção do açúcar. Tanto para realizar a venda para o continente europeu, como também no cultivo, os escravos negros e africanos eram quem trabalhavam. A produção centrada no açúcar começou a abrir portas também para a produção de algodão e tabaco.

Quando a região Sudeste começou a se desenvolver e sobressair perante a Nordeste, a capital do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro.

Durante essa fase foi estabelecido também um Pacto Colonial pelos portugueses, que dizia que o Brasil não poderia fazer nenhum tipo de comércio, só com a própria metrópole. O pacto seguiu até 1808, ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil, possibilitando sua independência em 1822.

Destaque para o ENEN

Aspectos da formação do povo brasileiro: miscigenação e sincretismo.

- Os movimentos emancipacionistas do período colonial.

- Aspectos da “inversão brasileira” com o advento da Corte portuguesa no Brasil (1808-1821).

BRASIL IMPÉRIO

Chama-se de Brasil Império o período histórico do nosso país que se iniciou em 07 de setembro de 1822 (Independência) e 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República), durando quase 68 anos.

Nesse período, ou em boa parte dele, o Brasil era governado por Monarcas, que nada mais eram do que os Imperadores. Um parlamento havia sido formado com o intuito de discutir e aprovar leis e era composto por deputados e senadores.

Foi assim, então, que o Brasil passou a ter a sua Constituição e por isso também nomeiam esse feito de Monarquia Parlamentar Constitucional.

Entendendo o Primeiro Reinado

Nesse resumo do Brasil Império acrescentamos que ele foi dividido entre primeiro e segundo reinado. O Primeiro Reinado se iniciou quando o país se tornou independente de Portugal, em 1822, permanecendo ainda como uma Monarquia. O primeiro imperador dessa nova era foi D. Pedro que governou até 1831, antes de abdicar do trono e retornar a Portugal.

Antes mesmo da Independência, em meados de 1822, D. Pedro I havia convocado uma Assembleia Constituinte, tendo seus deputados escolhidos através do voto do povo.

Em maio de 1823 a Assembleia Constituinte passa a funcionar sob várias divergências e discussões acirradas. D. Pedro I queria uma Constituição que lhe desse ainda mais poderes e decisões.

Só que os deputados e senadores pretendiam fazer o inverso. Com o impasse ele decidiu acabar com a Assembleia e, assim, elaborar uma Constituição por conta própria e ao seu jeito.

Nosso resumo sobre o Brasil Império segue com a junção de uma série de aliados. Em 1824 D. Pedro I liderou aquela que foi a primeira Constituição do

Brasil. Os textos que faziam parte dela foram escritos em cerca de um mês e foi imposta ao povo pelo Imperador, sem saber se esse mesmo povo concordava ou não.

Com amplo e absoluto poder, durante todo o Brasil Império, era tomada pelo imperador toda e qualquer decisão dentro do país. Só que D. Pedro I enfrentou a resistência de republicanos nesse novo formato de poder, que pediam um novo regime no Brasil. Um regime em forma de república.

Em 1831 e após a morte do seu pai, D. Pedro I retorna a Portugal e decide largar seu trono no Brasil.

Inicia-se então o Período de Regência.

Ao retornar a Portugal, D. Pedro I deixa nomeado para o seu trono no Brasil seu filho de apenas 5 anos (Pedro de Alcântara). Pela Constituição ele só poderia assumir o trono quando completasse a maioridade. Enquanto não se dava esse tempo o Brasil era comandado por regentes.

Das três Regências apenas uma delas foi escolhida e nomeada pelo povo. Apenas 5 mil pessoas puderam votar, num universo de mais de 5 milhões, por regras e condições da época. E nada mudou durante a Regência. O Brasil continuou no seu sistema de escravidão, exploração, etc.

Segundo Reinado

Mesmo aos 14 anos (isso em 1840), Pedro Alcântara, filho de D. Pedro I, é nomeado e coroado Imperador do Brasil. O país vivia um momento trágico e a crise econômica e política só piorava. Por isso a decisão em antecipar a posse de Alcântara, para restabelecer o equilíbrio e a ordem.

Pedro Alcântara, então, é coroado como D. Pedro II. E entra para a história também em nosso resumo sobre o Brasil Império como o governo mais longo que o país já teve: 49 anos de poder. Dos 14 aos 63 anos de idade.

No Segundo Reinado o Brasil passou por importantes avanços, dentre eles a modernização das cidades, a navegação à vapor para o transporte de cidadãos e mercadorias e o principal: a energia elétrica como fonte de iluminação nas vias públicas.

O Brasil se fortaleceu com a exportação de café, o que deu estabilidade a sua economia. Inúmeros imigrantes europeus vinham ao promissor país para trabalhar na lavoura e buscar melhores condições de vida.

A escravidão, que já sofria pressão para o seu fim, foi então abolida graças a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 1888. Em 1889 o marechal Deodoro da Fonseca liderou um forte movimento militar, resultando na Proclamação da República e, com isso, na queda da monarquia para a instalação de uma república presidencialista.

Destaques para o ENEM

- O Estado brasileiro definido na Carta constitucional de 1824.
- Aspectos das revoltas separatistas do período regencial.
- A política externa do 2º Império, principalmente a Guerra do Paraguai.
- Os fatores de desagregação da ordem imperial brasileira.

BRASIL REPÚBLICA

Faremos um resumo do Brasil República, destacando brevemente cada uma de suas fases. O Brasil República compreende o período histórico entre 1889, data da Proclamação da República, até hoje e é dividido em cinco fases:

- República Velha (de 1889 a 1930);
- Era Vargas (de 1930 a 1945);
- República Populista (de 1945 a 1964);
- Ditadura Militar (de 1964 a 1985); e
- Nova República (de 1985 até o presente).

Liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, a Proclamação da República deu início ao que hoje chamamos de República Velha. Também conhecida como República das Oligarquias, foram os anos marcados por governos com ligação ao setor agrário de São Paulo e Minas Gerais, que se mantinham no poder de forma alternada – prática conhecida como “política do café com leite”. Quando houve uma tentativa de ruptura nessa alternância do poder (o então Presidente paulista, que deveria indicar um mineiro para a Presidência, apoiou a candidatura do também paulista Júlio Prestes), os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se unem na Revolução de 1930, que dá início a Era Vargas.

O início da Era Vargas (de 1930 a 1945) foi dominado pelo clima tenso entre as oligarquias e os militares, principalmente no estado de São Paulo, onde ocorreu a Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1935, Getúlio foi vítima de uma tentativa de golpe orquestrada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), conhecida como Intentona Comunista. O presidente se utilizou da situação para dar um golpe de Estado em 1937 e ampliar seus poderes políticos. No chamado Estado Novo, adotou um discurso nacionalista, mas acabou deposto pelo exército em 1945.

O período da República Populista (1945 a 1964) intensificou a modernização do Brasil. Os presidentes dessa fase do Brasil República:

- General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951): assumiu em um clima de ampla liberdade no país. A quinta constituição brasileira estabelece os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- Getúlio Vargas (1951-1954): voltou à Presidência com grande apoio da sociedade graças a sua postura nacionalista. Entretanto, sua oposição cresceu e se organizou, e exigiu publicamente que renunciasse em 23 de agosto de 1954. Na manhã seguinte, Getúlio se suicidou.
- Juscelino Kubitschek (1955-1961): foi eleito com o slogan “cinquenta anos em cinco”. Impulsionou o setor automobilístico e foi o responsável pela construção de Brasília. Período de forte crescimento econômico e de crescimento significativo das dívidas públicas interna e externa.
- Jânio Quadros (1961-1961): prometeu acabar com a corrupção através do seu jingle “varre, varre, vassourinha”.
- João Goulart (1961-1964): vice de Jânio, Jango acreditava que as reformas de base fariam a economia voltar a crescer e diminuiriam as desigualdades sociais. Foi acusado de comunista pela oposição. A classe média apoiou os militares, que tomaram o poder em 31 de março de 1964, com o apoio dos EUA.

Ditadura Militar

Período de caráter autoritário e nacionalista. Alguns fatos importantes desse momento:

- Em 1967, o marechal Costa e Silva assume como presidente. Em 1968, ele decreta o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o sistema político e aumentou a repressão.
- O governo do general Médici, a partir de 1969, aumentou a repressão e colocou em prática uma política severa de censura.
- O general Ernesto Geisel assume em 1974 e inicia um lento processo de transição rumo à democracia. Acabou com o AI-5 em 1978 e impôs o general Figueiredo como seu sucessor.
- Figueiredo se torna presidente em 1979, decretando a Lei da Anistia e reestabelecendo o pluripartidarismo durante seu governo, que teve fim em 1985.

Brasil República atualmente

A Nova República foi instituída com o fim da Ditadura Militar no Brasil. Esse período do Brasil República ficou marcado pela democratização política e pela estabilização econômica. Os presidentes da Nova República até agora foram:

- José Sarney (1985-1990): durante seu governo, foi promulgada a Constituição de 1988, que instituiu o Estado democrático e a república presidencialista.
- Fernando Collor de Mello (1990-1992): primeiro presidente eleito diretamente desde 1960. O Congresso pediu seu impeachment, mas ele renunciou.
- Itamar Franco (1992-1993): era vice de Fernando Collor de Mello. Foi o responsável pela implantação do Plano Real.
- Fernando Henrique Cardoso (1994-2002): período marcado por diversas privatizações, como na área das telecomunicações. Reeleito em 1998.

- Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010): seu governo foi marcado pela manutenção da estabilidade econômica, retomada do crescimento do país e redução da pobreza e da desigualdade social. Reeleito em 2006, terminou seu segundo mandato com recorde de aprovação popular.
- Dilma Rousseff (2011-2016): sucessora política de Lula e primeira mulher presidente do Brasil. Reeleita em 2014. Durante seu governo foram descobertos esquemas de corrupção na Petrobrás, mas até hoje não se comprovou sua participação ou conhecimento das operações. Em 31 de agosto de 2016 teve seu mandato cassado após um processo de impeachment.
- Michel Temer (2016 – até o presente): vice de Dilma, assumiu em um momento conturbado, de crescimento da inflação e de crise política e econômica. Sua legitimidade no poder é contestada pela oposição.

DESTAQUES PARA O ENEM

- A disputa de hegemonia entre militares e civis na montagem do governo da República.
- As estruturas de funcionamento da política na República Oligárquica dos coronéis.
- As revoltas urbanas e rurais que se insurgiram contra a República Oligárquica.
- Aspectos econômicos e políticos da Era Vargas.
- Apogeu e crise da República Populista até a intervenção militar de 1964.
- A República dos Militares no contexto do desenvolvimentismo e no combate à subversão.



Faculdade
Senac Goiás